

SURGIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E A MULHER TRABALHADORA: UMA RELAÇÃO HISTÓRICA

EMERGENCE OF CHILD CARE INSTITUTIONS AND THE WORKING WOMAN: A HISTORIC RELATIONSHIP

Ivanete Fernandes Pereira*

Míria Izabel Campos**

RESUMO: O ensaio apresenta elementos significativos da história do Brasil para compreensão do advento da Educação Infantil e sua relação com o gênero feminino, no que diz respeito à função materna e docente, apontando momentos que denotam a necessidade da mulher pelas instituições de abrigo às crianças em virtude do contexto social e financeiro em que viviam. A metodologia utilizada foram estudos bibliográficos. Evidenciou-se que a mulher mãe e pobre esteve presente e participou da história das primeiras instituições de atendimento às crianças, contribuindo, também, para seu desenvolvimento, pois precisava destes locais para abrigar seus filhos enquanto trabalhava. As conquistas sociais obtidas pelas mulheres, como o trabalho, fomentou o desenvolvimento das instituições de atendimento às crianças e inseriu as mulheres nestes locais como profissionais, o que resultou na caracterização de gênero da Educação Infantil.

Palavras-chave: Educação infantil. Mulher. Gênero.

ABSTRACT: The text shows important elements about the history Brazil, presenting the children's school and his relation to the female gender, about your maternal and teaching function, and their importance in the care institutions since social and financial environment in your diary life. For the methodology have been used bibliographic studies. And for the analyses theory, showed that the mothers, poor and working, have been the important element of studies about the first institutions the care children's history, also, contributing for the development and to changes this places because them usually put children there while working. The social gains made by women, such as work, fostered the development of children care institutions and putted the women in these places as professionals, which resulted in the characterization of genre of early childhood education.

Keywords: Nursery school. Woman. Gender.

* Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Especialista em Educação Infantil pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). E-mail: netyfepe@gmail.com.

** Professora Assistente na Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Mestre e Doutoranda em Educação, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação/UFGD. E-mail: miria.iza.campos@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Neste ensaio apresentamos elementos da história do Brasil, os quais acreditamos extremamente significativos para compreensão do advento da Educação Infantil e sua relação com o gênero feminino, no que diz respeito à função materna e docente, apontando momentos que denotam a necessidade da mulher pelas instituições de abrigo às crianças em virtude do contexto social e financeiro em que viviam. Dissertamos sobre os locais de atendimento à primeira infância que tiveram sua origem em meados do século XVIII e, também, sobre a mulher que passou a ressignificar seu papel social.

Cientes de que a história não é linear, procuramos a interação de relatos de fatos para um melhor entendimento da relação destas instituições e da mulher que necessitava trabalhar. Sendo assim, enfatizamos as mulheres pobres e as instituições que geralmente abrigavam os filhos destas e cuja demanda era dirigida a elas, sem esquecer as exceções, porque algumas mulheres de famílias ricas abandonavam seus filhos de relações ilegítimas em locais de abrigo que atendiam, geralmente, crianças de mulheres pobres e escravas.

Acontecimentos sociais que influenciaram a vida das mulheres, tais como, a alta taxa no número de crianças abandonadas, a valorização de cuidados específicos com as crianças, o trabalho feminino fora de casa e, principalmente, um índice preocupante de mortalidade infantil, foram em grande parte propulsores da criação de instituições como a

“Roda dos Expostos”¹ que, conseqüentemente, deram origem ao que se designava creche e que hoje conhecemos como Centros de Educação Infantil.

Disso constatamos que apesar de a Educação Infantil, propriamente dita, ser recente em nosso país, em termos históricos suas origens datam de um longo processo que implica de forma indissociável a inserção da mulher ao mercado de trabalho e a valorização da criança como sujeito. Por conseguinte, o atendimento oferecido, assim como as instituições, foi caracterizado por fases correspondentes às circunstâncias sociais e ao público atendido.

Atualmente também constatamos que o Centro de Educação Infantil, ou creche, que é um termo ainda utilizado devido a uma questão cultural, atende a um número expressivo de famílias carentes, mas com a ressalva de que o propósito da instituição assume outras vertentes voltadas ao desenvolvimento pleno da criança. Desta forma, temos um processo de fases de atendimento, fases estas iniciadas com o atendimento filantrópico e higiênico-sanitarista.

Tendo em vista essas fases, evidenciamos que as famílias careciam de apoio na criação de seus filhos e a sociedade procurava uma forma de amenizar as altas taxas de abandono. Portanto, havia um contexto social no qual as problemáticas sociais em relação ao

¹ Roda dos Expostos ou Roda da Misericórdia era um cilindro de madeira colocado nos Conventos e Casas de Misericórdia a fim de receber crianças enjeitadas nascidas de gravidezes indesejadas (MARCÍLIO, 1997).

atendimento dos pequenos eram mais conflituosas, justamente pelo período histórico em que se vivia. Importante aludirmos que as primeiras instituições eram distintas das que se têm atualmente, pois correspondiam a outros propósitos sendo de iniciativas geralmente particulares.

Os primeiros locais de abrigo eram uma solução paliativa para conter o abandono e a mortalidade infantil de

crianças que eram nascidas de relações ilegítimas ou que viviam em situações precárias com suas mães, geralmente negras e pobres e/ou brancas pobres, reféns de sua condição de classe e gênero, questões importantes para a reflexão da constituição das creches. Por esse motivo, o artigo apresenta argumentos sobre a configuração da história da creche e da identidade de gênero desta, evidenciando as relações existentes entre elas.

AS INSTITUIÇÕES DE ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS NO BRASIL: ORIGEM E PERCURSO HISTÓRICO

As instituições sofreram transformações significativas em relação ao atendimento à criança, concomitantemente a posição social da mulher, principalmente, no que diz respeito a sua inserção no mercado de trabalho e, dessa forma, é importante compreendermos as práticas sociais e históricas. Logo, iniciamos com o relato da caracterização do contexto social que denotará como eram os primeiros locais de atendimento, nos quais foram recolhidas crianças abandonadas. Importante acrescentarmos que as instituições de cuidados para as crianças não existiam antes do século XVIII, muito menos educação propriamente dita, ou seja, uma proposta com a finalidade de possibilitar o desenvolvimento pleno da criança.

Foi necessário, portanto, viajarmos no tempo, antes do século XVIII, período de surgimento de locais de abrigo para as crianças que tinham seu futuro definido pelo contexto em que nasciam, assim como as mulheres que, independentes de serem ricas ou pobres, tinham como função a maternidade e

o cuidado do lar. No caso das escravas havia a incumbência de amamentarem os filhos de seus patrões, o que provocou críticas às mães brancas por parte dos médicos higienistas no século XIX.

Esse quadro em relação à infância, geralmente comum no contexto anterior ao século XIX, agravava a situação das crianças na sociedade e, conseqüentemente, sua saúde pela falta de cuidados adequados. Nessa perspectiva, conforme aponta Kramer (2003, p. 49), “as primeiras iniciativas voltadas à criança partiram de higienistas contra a alarmante mortalidade infantil”. Os higienistas, que eram médicos, começaram um movimento visando uma educação das mães nos cuidados com seus filhos, principalmente, em relação ao aleitamento cujas mulheres, da nobreza, se recusavam a fazer, devido fatores estéticos, sociais e culturais, ficando a função de amamentar para as escravas: “A dura realidade da escravidão levou muitas escravas a não desejar ter filhos, e aquelas que, inevitavelmente, os tinham, preferiam abandoná-los a vê-los explorados

e torturados” (FARIAS, 2005, p. 42).

Em relação à mulher branca pobre a referida autora lembra ainda:

A maternidade da mulher branca pobre era vivida à sombra da subnutrição. Mulheres casadas, separadas, concubinas lutavam pela vida dos seus filhos, procurando criá-los segundo suas condições. Entretanto, a luta era árdua e muitas mães sucumbiam, muitas davam ou abandonavam seus filhos à sorte das ruas. (FARIAS, 2005, p. 43).

Apesar das dificuldades, as mulheres no período da escravidão também lutavam por seus filhos, mas as condições do contexto em que viviam não favoreciam que continuassem juntos. Esse contexto social que fomentava o abandono já era apontado pelos médicos higienistas como uma das primeiras causas da mortalidade infantil, sendo a segunda, a falta de conhecimento das mães sobre cuidados essenciais na infância. Não se tinha, como hoje, conhecimentos sobre os cuidados para assegurar condições de um desenvolvimento saudável da criança.

Portanto, existiam influências culturais e sociais da população que ora desconheciam a importância de determinados hábitos para a saúde da criança, ora não os consideravam como agentes causadores da mortalidade infantil, até o momento em que esta se mostra como um grave problema social. Existia uma indiferença materna (BADINTER, 1985) e social pela criança. Sua morte não tinha o mesmo sentido que nos dias atuais, pela sua comparação com um ser angelical (PARDAL,

2005). Sendo assim, foi preciso uma série de acontecimentos sociais para que a população começasse a considerar a criança um sujeito importante para a família e a sociedade e, nesse contexto, buscar uma solução para a alta taxa de mortalidade infantil causada, principalmente, pelo abandono.

A partir do momento em que o governo resolve agir para conter a onda de abandono atribuí às Câmaras Municipais das cidades o custeio no atendimento por meio de mensalidades, oferecidas às pessoas responsáveis pelas crianças abandonadas (naquele período histórico amas-de-leite e criadoras). E, posteriormente, resolve

[...] fundar, em 1726, a Casa de Expostos. Em 1726, foi fundada a primeira Casa de Expostos na Bahia e, em 1738, foi fundada, por Romão Duarte, na Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro, a Roda e Casa dos Expostos. Em 1831, criou-se a Roda dos Expostos em Vila Rica. (FARIAS, 2005, p. 43).

Mas, esses primeiros locais de atendimento à criança pequena, não possuíam infraestrutura, recursos humanos e financeiros adequados para atender a demanda de crianças. Apesar da falta de recursos suficientes, as instituições mencionadas abrigaram muitas crianças, na sua maioria filhos de escravas, que dependiam do trabalho para sobreviver.

Os locais de atendimento à criança eram cada vez mais necessários, pois, mesmo com a campanha dos médicos-higienistas para o aleitamento materno que diminuiu a função das amas de leite, as escravas continuavam realizando

os afazeres domésticos na casa grande² necessitando de um local de guarda para seus filhos. Apesar desse contexto, emergiam mudanças importantes, principalmente, em relação à afetividade entre mãe e filho, devido ao crescente aleitamento materno.

Desse modo, novas concepções sobre o cuidado surgiam fazendo com que a população se voltasse para a criança, que passava a ser assunto de interesse. Por isso, a intervenção médico-higienista foi significativa naquele período, mas era um movimento que por si só não daria conta das exigências sociais que surgiriam em relação ao atendimento de crianças. Nesse sentido, o atendimento a elas foi se constituindo, a partir de vários interesses e questões econômicas, políticas e educacionais que se interagiam. No decorrer deste processo, as ideias em torno do atendimento foram se modificando e agregando novos elementos preocupados com o desenvolvimento dos pequenos. Contudo, faltava no atendimento à criança a iniciativa pública que era restrita a alguns locais, foi assim o contexto das instituições na Primeira República (1889 - 1930).

A partir da segunda metade do século XIX, as instituições criadas pelas autoridades públicas, como a Roda dos Expostos, começam a ser menos usadas, conforme evidencia Pardal (2005); sobretudo devido a uma nova concepção de atendimento que não mais se restringia aos aspectos da higiene e da

2 Casa grande foi o termo pelo qual ficou conhecida a residência da família do senhor de engenho na história do Brasil. Nela moravam, além da família, alguns agregados. O conforto da casa grande contrastava com a miséria e péssimas condições de higiene das senzalas, locais de moradia dos escravos (Disponível em: <http://www.suaPesquisa.com/colonia/>. Acesso em: 10 jan. 2015).

saúde, mas tinha ainda a finalidade comum de liberação de mão de obra feminina e acolhimento às crianças pobres. Portanto, as fases de atendimento expressavam preocupações específicas no cuidado com os pequenos, sendo que a primeira fase de atendimento às crianças era exclusivamente particular, visando à caridade.

Geis (apud MERISSE, 1997, p. 32) aponta que houve

[...] além dessa fase de caráter exclusivamente filantrópica que corresponde ao período colonial inteiro, uma segunda fase em que se acrescenta uma preocupação e uma orientação higiênico-sanitária. Segue-se uma terceira de caráter marcadamente assistencial, e, finalmente, uma última fase em que aparece uma dimensão educacional e que vem até os dias de hoje.

Nessa direção, inferimos que o atendimento oferecido às crianças pobres passou por fases distintas, sendo que a educacional apareceu no século XX. Portanto, no advento das primeiras instituições, os pequenos tiveram como forma de acolhimento uma compensação pela condição precária em que viviam. Logo, um atendimento baseado no amparo, benefício e preocupação com a saúde.

Posteriormente, iniciaria o discurso sobre a creche mencionado primeiramente, na segunda metade do século XIX no jornal “A Mãe de Família”, por médicos higienistas relatando seu caráter de atendimento às crianças pobres enquanto suas mães trabalhavam. Sobre o assunto Pardal (2005, p. 60) aponta que “O termo ‘creche’ é tomado emprestado da língua francesa, na qual também designa presépio. Na realidade, não foram apenas as palavras *crèche*, ou *salle d’asile*, que a França forneceu ao

Brasil, mas toda a ideia de finalidade e funcionamento destas instituições”.

Se por um lado o advento das creches beneficiaria as mães trabalhadoras, por outro, haveria uma crítica social de sua conduta como mãe:

As instituições de educação infantil foram motivo de grandes polêmicas em torno da validade de se educar a criança fora da família – especialmente a creche [...]. O significado implícito atribuído à mãe que procurasse a creche, e mesmo a pré-escola, seria sua incapacidade de cumprir com o dever natural, biológico, da maternidade (KUHLMANN JR, 2004, p. 188).

Apesar deste contexto aludido por Kuhlmann Jr. (2004), o trabalho feminino fora de casa impulsionava à criação de creches. Sendo assim, observamos que a creche é uma influência direta da condição de maternidade da mulher trabalhadora, a qual não tem tempo de cuidar de seu filho ou condição de pagar para que cuidem dele.

Diante dessas circunstâncias, os movimentos presenciavam a dura realidade das famílias que procuravam instituições e a indiferença das autoridades públicas. Sendo assim, as mulheres que necessitavam da creche e que trabalhavam nela viviam o paradoxo de lutar por um atendimento que era necessário para liberar a mão de obra feminina. Paulson (2002, p. 24) salienta que “[...] há muitas mulheres brasileiras tão pobres que são obrigadas a trabalhar longas horas longe de suas crianças”.

Assim, ao mesmo tempo em que as mulheres adentravam no mercado de trabalho como foi aludido, antes de hegemonia masculina, ingressavam tam-

bém nas lutas pela expansão das creches, que tinha como referência os movimentos feministas, pois eram elas que mais necessitavam deste atendimento, destacando-se nas reivindicações ocorridas. Mesmo em tempos remotos havia a presença de figuras importantes, como Júlia Lopes de Almeida (1862 – 1934), que compreendiam a necessidade das mulheres de seu tempo, tanto no que concerne à necessidade de liberdade de expressão como de instituições de atendimento as crianças (TELLES, 2011). A referida jornalista e escritora carioca

[...] fez campanhas pela instalação de creches. Estava imbuída de uma missão pedagógica de melhoria das condições de ensino, do modo de vida, da mudança do papel social da mulher. Júlia de Almeida discutiu com prefeitos e urbanistas, opinou sobre questões contemporâneas, tentou conciliar, na vida e na obra, o modelo da Nova mulher: companheirismo e organização, rebeldia e luta, com o papel “sagrado” de mãe e esposa. Ambiguidade e compromissos, avanços e acomodações transparecem em seus escritos (TELLES, 2011, p. 436).

O trabalho feminino fora do lar, simultaneamente acompanhado pelas reivindicações que ocorriam em prol da creche, favoreceu depois da década de 1960, mais especificamente após o golpe militar de 1964, “[...] uma nova política de atendimento às reivindicações populares” (LOPES, 2000, p. 42); o que promoveu os movimentos de luta pelo atendimento à criança, tendo seu ápice nos anos 1970, quando as lutas por creches se “[...] objetivam e tomam formas mais explícitas quando, em 1979, se oficializa o movimento de luta por creches, por ocasião do I Congresso da Mulher

Paulista” (LOPES, 2000, p. 42).

Esse contexto foi importante para a criação de projetos de iniciativa pública no Brasil, nos anos 1970, como o projeto Casulo: “[...] transformando-se no principal programa da LBA³ e no único programa de creches desenvolvido no âmbito nacional” (SILVA, 2000, p. 117). Era realizado por meio de convênios com a transferência de recursos financeiros para as prefeituras ou as instituições de caráter compensatório, atendendo crianças de três a seis anos.

Fez-se importante apontar que as questões demográficas e o êxodo rural para a cidade, impulsionaram as autoridades a pensar a questão do atendimento, antes considerado desnecessário, pois o sistema de produção baseado no trabalho no campo, seja por meio da pecuária ou da agricultura, permitia que as mulheres levassem seus filhos juntos. Diferente disso, as mudanças do final do século XIX, indicava a necessidade de instituições de atendimento, principalmente nos anos 1890, quando a população urbana crescia consideravelmente. Essas se constituíram primeiramente na periferia, o que reflete uma necessidade econômica ligada à classe social da população.

No século XX, o atendimento à criança acompanhava, e era influenciado, pelo crescimento da economia do país que implicava a demanda de mão

de obra essencial para o seu desenvolvimento e para a geração de capital, que visava à produção em massa das indústrias e de outros setores da economia. Este contexto econômico, ao mesmo tempo em que demandava mão de obra feminina para as indústrias, fomentando a criação de instituições de atendimento à criança, enquanto suas mães trabalhavam, simultaneamente retiravam os homens da educação, os quais se voltavam para setores mais promissores:

[...] em algumas regiões de forma mais marcante, noutras menos, os homens estavam abandonando as salas de aula. Este movimento daria origem a uma ‘feminização do magistério’ – também observado em outros países -, fato provavelmente vinculado ao processo de urbanização e industrialização que ampliava as oportunidades de trabalho para os homens (LOURO, 2011, p.449).

Assim, as mulheres ingressavam não somente nas indústrias, mas também nos locais de atendimento às crianças dos quais os homens saíam. Nesse sentido, foi importante relatar-mos mais sobre as questões da mulher, não somente como mãe ou quem requisita o atendimento das instituições, mas também aquela que se insere como funcionária e que determina a caracterização de gênero destes locais.

3 Legião Brasileira de Assistência.

A MULHER E A SUA RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO INFANTIL: OS CRUZAMENTOS NO/DO CAMINHO

Antes de dissertarmos sobre a configuração da identidade de gênero na creche é imprescindível compreendermos, mesmo que em termos gerais, o processo de ser/estar da mulher na história, ou seja, como se constituiu essa realidade de as mulheres serem predominantemente os/as funcionários/as nos Centros de Educação Infantil.

Durante séculos se perpetuou como padrão inquestionável o patriarcado, representado pelo homem chefe de família, figura importante do qual dependia a mulher, esta responsável pelo lar, cuja função principal era a maternidade (RAGO, 1999). Não se destinava à mulher outra função. Assim, se ao homem a carreira religiosa no século XIX era um orgulho para os pais, para a mulher, em termos gerais, a carreira religiosa era indício de não ter conseguido um bom casamento, portanto, não havia, segundo a sociedade, um destino melhor para a mulher do que o casamento.

Quando a mulher consegue adentrar em massa no mercado de trabalho, principalmente a partir da demanda da mão de obra promovida pela Revolução Industrial, as novas configurações nas relações sociais começam a criar um contexto em que a mulher vê a possibilidade de agir por si mesma. Dessa forma, inicia a tentativa de se desvincular de algumas construções, como a de que seu espaço seria determinado pela sua condição biológica, fato que a impedia de ser livre, pois precisava cuidar de seus filhos, não havendo outro es-

paço para eles e elas, além do lar. Logo observamos que é uma questão não somente relacionada à ausência de instituições de atendimento, mas, também, a concepção de lugares de mulheres e de crianças.

Assim, a mulher estaria em um caminho incerto, pois, apesar de sua necessidade do trabalho, havia a cobrança da função de mãe e dona do lar. Constatamos que a mulher em sua conquista por independência financeira permeou situações ambíguas que ora a impulsionava para o mercado de trabalho, ora a condenava por estar fora do lar. Portanto, a luta da mulher sempre se constituiu em um processo contínuo, porque as construções sociais são perpetuadas, não diríamos que da mesma forma que antes, mas de tal maneira, que não deve ser ignorada, porque até hoje presenciamos estigmas como o preconceito na execução de determinadas tarefas e a diferença salarial entre homens e mulheres.

Porém, foi a partir da inserção da mulher ao mercado de trabalho que houve um significativo impulso pela criação de creches associado a outros elementos, como aponta Kulhmann Jr. (1991, p. 18) “os temas da infância, da maternidade e do trabalho feminino estão presentes na história das instituições pré-escolares”. Importante acrescentarmos que tais temas foram marcantes, mas tornando necessário, conforme discute o mesmo autor, lembrar-se das questões amplas da economia que provocaram mudanças, tais como a Revolução Industrial:

[...] o que se pretende mostrar é que a história das instituições pré-escolares não é uma sucessão de fatos que se somam, mas a interação de tempos, influências e temas, onde o período da elaboração da proposta educacional assistencialista se integra aos outros tempos da história (KULHMANN JR., 1991, p. 18).

Portanto, várias vertentes são importantes na constituição da história das instituições de atendimento, especialmente as implicações do gênero feminino. Desse modo, é inerente pensarmos que a condição biológica da mulher foi determinante para a sua possível qualificação para cuidar de crianças; trabalho este estigmatizado e, muitas vezes, isento do aspecto educacional⁴, geralmente, constatado nos baixos salários que não atraía os homens, configurando um quadro de profissionais nas creches quase que exclusivamente feminino.

Outra questão que também restringiu os profissionais das creches ao gênero feminino é a de que esta função seria adequada às mulheres por causa da maternidade, se esquivando, assim, de uma concepção educacional: “Aparentemente o universo da creche é marcado pela igualdade, ou seja, é um território ocupado pelas mulheres, mas também, profundamente construído sobre diferenças que podem ser percebidas e não são problematizadas.” (WADA, 2003, p. 54).

Ao se constituírem nas creches as funções consideradas como principais, tais como cozinhar, limpar, cuidar, elas acabaram sendo determinadas como exclusivas das mulheres e, muitas vezes, conduzidas às crianças, o que provavelmente impôs

⁴ Partimos da concepção que o cuidado está implicado no processo educacional, mas esta realidade é recente, pois os cuidados atribuídos às crianças pequenas não estavam relacionados com os aspectos de desenvolvimento da criança que contribuíam para a sua educação.

uma concepção de como foi caracterizado o trabalho da mulher na creche e fora dela. São circunstâncias e concepções a serem discutidas, pois não se tinha como se tem hoje o conhecimento da importância da intervenção de alguém especializado na educação das crianças para sua aprendizagem e desenvolvimento.

Historicamente, nem sempre os educadores de crianças foram mulheres. A profissão docente iniciou com os homens que eram designados de preceptores. Esses ministravam aulas em domicílio para as crianças. Importante enfatizarmos que antes do século XX não existia Educação Infantil propriamente dita, assim tais preceptores instruíam crianças geralmente a partir dos sete anos.

Portanto, ao relacionarmos esse contexto ao quadro de docentes hoje, que se constitui na maioria feminino, principalmente quando se diz respeito à educação de menores de doze anos de idade (considerada a idade da infância no Brasil pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), temos uma inversão de gênero de educadores, principalmente, por uma questão social e de faixa etária das crianças. Logo, quando a faixa etária diz respeito aos pequenos, é direcionada às mulheres.

Há um direcionamento de funções e posições que também são levadas para a educação, sem questionamentos, retirando o homem de perto de conhecimentos ditos maternos, mas dos quais muitos estão próximos pela convivência com mulheres, seja ele o esposo, o pai, o irmão.

Notamos que o homem tem uma proximidade com a maternidade das mulheres, o que daria a ele as mesmas condições de conhecimento daquelas mulheres que também não são mães. Nesse sentido, em que se avaliam os conhecimentos ditos maternos para o trabalho na creche, o

homem estaria apto para este tipo de trabalho, lembrando que aqui não estamos apontando o aspecto educacional, mas fazendo um comparativo de gênero masculino e feminino para a função de profissional da creche que sempre foi atribuída a mulher por uma questão cultural.

Logo, a intenção de reflexão não é se realmente o quadro de profissionais da creche teria significativa participação masculina, mas de aludirmos aos preconceitos e tabus existentes quando a questão é de problematizar a perspectiva de gênero, principalmente, no atendimento à criança. Contraditoriamente, muitas mulheres acabam incorporando as posições determinadas socialmente e disseminando preconceitos dos quais sofrem, fato que evidencia a existência de influências de um sistema patriarcal tradicional, e de suas manifestações, como o machismo nos dias atuais:

Em geral, pensa ter havido primazia masculina no passado remoto, o que significa, e isto é verbalizado oralmente e por escrito, que as desigualdades atuais entre homens e mulheres são resquícios de um patriarcado não mais existente ou em seus últimos estertores (SAFFIOTI, 2004, p. 45).

Neste contexto, Saffioti (2004) também vai apontar que o patriarcado, assim como outros sistemas sociais, passou por mudanças no decorrer da história, mas ainda está presente em nosso meio e, muitas vezes, se faz constante, principalmente em determinadas culturas. Não cabe citá-las aqui, mas são várias as punições noticiadas de mulheres que burlam as regras regidas pela cultura de sua família que é mantida e vigiada pelo homem.

Dessa forma, a mulher tem uma identidade condicionada a padrões de

conduta. É evidente que a cultura de nosso país é bem distinta, porém, o patriarcado em que se viveu e em que se vive em muitas famílias influencia nossa identidade e, conseqüentemente, nossa prática na Educação Infantil, tanto que o trabalho é realizado quase que exclusivamente em torno de cuidado fragmentado, geralmente, do educar.

Percebemos que o processo de formação em instituições fora do ambiente acadêmico como a família, a igreja, a escola são essenciais no processo de construção da identidade feminina e a mulher transfere posturas e atitudes para o espaço público do que aprendeu em outros espaços mais reservados. De acordo com Wada (2003, p. 54):

Temos que reconhecer que, no caso das professoras de creche, a casa e a escola são locais formativos, entretanto, começa a existir uma ideia sobre o papel educativo da creche em um trabalho situado entre a experiência pessoal (feminina/familiar) - aliada aos conhecimentos da formação escolar/profissional - e as experiências de colegas mais antigas.

No caso da Educação Infantil essa questão fica mais evidente, porque o espaço se constitui significativamente em algumas situações da extensão do lar, pelas funções similares realizadas. A postura da mulher nem sempre é a de professora, mas a da “tia”⁵ aquela que cuida para que outra mulher, a mãe, possa trabalhar. Há, portanto, concepções do espaço privado no público, tornando necessário a ressignificação destas concepções.

⁵ Nos Centros de Educação Infantil é comum a utilização do termo “tia” como uma forma de aproximação entre crianças e funcionárias.

Portanto, ao falarmos da história das instituições de atendimento à criança é inevitável não analisarmos a questão de gênero nestes locais. A intervenção da mulher que direta ou indiretamente fomentou a construção de instituições e sua caracterização tão significativa que hoje é visto como algo estranho a presença masculina na instituição de atendimento, exceto se esta presença for do pai da criança atendida. Desse modo, a mulher precisa constantemente provar que realiza um trabalho

de qualidade nestes locais e não somente cuidados de mãe ou tia:

Discutir as questões de gênero na educação significa refletir sobre as relações das práticas educacionais cotidianas, desconstruindo e redescobrimo significados. Significa questionar conceitos pré-concebidos, determinações que sutilmente permeiam nossas práticas. Discutir as relações de gênero é, antes de tudo, remexer e atribuir novos significados à nossa própria história (FINCO, 2003, p. 99-100).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a configuração da instituição de atendimento à criança um longo caminho foi trilhado e continua sendo construído, com a ajuda da mulher que foi e continua sendo a principal interessada nestes locais, antes principalmente como mãe, agora também como profissional, a qual exerce uma função neste local que é formativa e significativa para as crianças se desenvolverem:

[...] nesses modelos, voltados para o “fortalecimento das mulheres”, a situação ensino/aprendizagem se transforma numa relação na qual todos os personagens podem alternar, constantemente, suas posições e da qual se espera que a competição ceda lugar à cooperação, levando a uma produção de conhecimento coletiva apoiada na experiência de todo o grupo. (Louro, 2002, p.20).

Em pensar que em tempos remotos a mulher não podia estudar. Estudar para que? Se sua função era a casa e os filhos. Algumas mulheres de famílias abastadas até estudavam um pouco de música, literatura, mas era para distra-

ção, enquanto esperavam seus maridos ou para agradá-los.

Diante da nova perspectiva da Educação Infantil de um ambiente acolhedor e atento e de uma mulher que é qualificada para educar, torna-se necessário cuidarmos das concepções e ressignificar conceitos sobre o que é adequado ou não para o desenvolvimento cognitivo das crianças e das profissionais que estão interagindo com elas, ou seja, as mulheres que têm como função educar, limpar e cozinhar são diferentes mulheres, mas que têm anseios e conflitos semelhantes quando o assunto é seu gênero e como elas conseguem diante dos questionamentos sociais alcançarem seus objetivos, sendo mãe e profissional.

É inevitável a mulher não se questionar diante da maternidade, da profissão e não estar suscetível aos julgamentos sociais sendo ela mãe ou não. A história deixou estigmas sobre comportamentos sociais de homens e mulheres, que mes-

mo de maneira implícita, se concretizam em vários locais, inclusive nas instituições de atendimento à criança.

As mulheres também são produzidas por uma cultura educacional na qual o homem é sujeito central. E, nesse sentido, desvincular-se de preconceções, assim como de preconceitos sofridos, é uma luta que deve ser constante para a mulher. É ter um novo olhar sobre a vida e a perspectiva de poder atuar nela, como sujeito capaz; mas isso é uma tarefa árdua, lembremo-nos de Julia Lopes de Almeida, renovadora do século XIX, que deve ter convivido

com marcas em sua memória dos preconceitos sofridos pelas mulheres.

Atualmente existem outros dilemas a serem enfrentados e que têm mais destaque social que a discriminação de gênero, porém ele continua presente mesmo em locais não pensados. Portanto, a Educação Infantil tem um papel essencial na formação de crianças cidadãs e cidadãos, contribuindo para evitar situações que promovam os conflitos de gênero ou sabendo resolvê-los, para que elas não carreguem preconceitos a respeito do gênero oposto delineando relações desiguais.

REFERÊNCIAS

- BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p. 85-144. (A indiferença materna).
- BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, 1990.
- FARIAS, Mabel. Infância e educação no Brasil nascente. In: VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de (Org.) *Educação da infância: história e política*. – Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 33-49.
- FINCO, Daniela. Relações de gênero nas brincadeiras de meninos e meninas na educação infantil. In: Dossiê de Educação Infantil e Gênero. *Pró-Posições*, v. 14, n. 3 (42) - set./dez. 2003. Campinas/SP. p. 89-101.
- KRAMER, Sônia. *A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- KUHLMANN Jr., Moysés. *Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica*. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2004.
- KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. Instituições pré-escolares assistencialista no Brasil (1899 - 1922). In: *Cadernos de Pesquisa* (78): São Paulo, ago. 1991. p. 17-26.
- LOPES, Zaira de Andrade. *Meninas para um lado, meninos para outro: um estudo sobre representação social de gênero de educadores de creche*. Campo Grande: Editora UFMS, 2000.
- LOURO, Guacira Lopes. Epistemologia feminista e teorização social – desafios, subversões e alianças. In: ADELMAN, Mirian; SILVESTREIN, Celsi Brönstrup (Orgs.). *Coletânea gênero plural*. Curitiba: Editora UFPR, 2002.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del (Org.); PINSKY, Carla Bassanezi (Coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MARCILIO, Maria Luiza. *A roda dos expostos e a criança abandonada no Brasil colonial: 1726-1950*. FREITAS, Marcos Cezar. (Org.). *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997.

MERISSE, Antonio. Origens das Instituições de Atendimento à Criança: o caso das creches. In: MERISSE, Antonio. (et al.). *Lugares da Infância: reflexões sobre a história da criança na fábrica, creche e orfanato*. São Paulo: Arte e Ciência, 1997.

PARDAL, Maria Vittoria de Carvalho. O cuidado às crianças pequenas no Brasil escravista. In: VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de (Org.) *Educação da infância: história e política*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 51-72.

PAULSON, Susan. Sexo e gênero através das culturas. In: ADELMAN, Mirian; SILVESTRIN, Celsi Brönstrup (Orgs.). *Coletânea gênero plural*. Curitiba: Editora UFPR, 2002.

RAGO, Margareth. Novos modos de subjetivar: a experiência da organização Mujeres Libres na Revolução Espanhola. In: *Estudos Feministas*. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação e Expressão. v. 7, n. 1-2, (1999). Florianópolis: UFSC, 1999.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. (Coleção Brasil Urgente).

SILVA, Anamaria Santana da. Políticas de atendimento à criança pequena em MS. In: SENNA, Ester (Org.) *Política educacional de Mato Grosso do Sul na trajetória das políticas sociais: análise e diagnóstico (1980 - 1990)*. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 2000.

TELLES, Norma. Escritoras, Escrituras. In: PRIORE, Mary Del (Org.); PINSKY, Carla Bassanezi (Coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. 10. ed., - São Paulo: Contexto, 2011.

WADA, Maria José Figueiredo Ávila. A professora de creche: a docência e o gênero feminino na educação infantil. In: Dossiê de Educação Infantil e Gênero. *Pró-Posições*, v. 14, n. 3 (42) - set./dez. 2003. Campinas/SP. p. 52-65.